

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO

Marcelo Manuel Da Silva Banguiquidi¹

RESUMO

A Historiografia do mundo é marcada por vários acontecimentos, a pesquisa em questão analisa a participação das mulheres na história do Brasil, fazendo um estudo de caso no livro didático do fundamental II, entretanto como objetivo geral buscamos compreender como o livro didático narra e representa as mulheres na História do Brasil visto que, a historiografia feminina ainda é invisibilizada e mascarada na historiografia masculina, contudo, utilizamos uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e exploratório discutindo com autores como Ferreira (2019) Peres (2015) e Colling (2014), que levantam uma discussão entorna da invisibilidade que as mulheres sofrem na história como a forma machista, sexista e estereotipada, analisamos também a hierarquia existente entre as mulheres na sociedade Brasileira (brancas, negras e indígenas) e como cada uma é representada e como são. Entretanto, concluímos que no livro selecionado para análise a presença masculina se sobrepõem a feminina, ou seja, os homens estão presentes em todos os cargos de chefia e de dominação, como refletimos que na hierarquia da historiografia presente no referente livro didático a história do Brasil é uma história Branca e elitista.

Palavras-chave: Historiografia, Mulheres, Invisibilidade, Livro Didático

ABSTRACT

World historiography is marked by many events. The research in question analyzes the participation of women in Brazil's history by means of a case study of a middle-school textbook. Our general objective is to understand how that textbook narrates and represents women in Brazilian history, given that women's historiography is still made invisible and masked within male-centered historiography. To this end, we use a qualitative, bibliographic, exploratory approach, engaging with authors such as Ferreira (2019), Peres (2015) and Colling (2014), who discuss the invisibility that women suffer in history through machismo, sexism and stereotyping. We also examine the hierarchy among women in Brazilian society (white, Black and Indigenous), how each group is represented, and the roles they are assigned. Finally, we conclude that in the textbook selected for analysis, the male presence overwhelmingly predominates: men occupy all positions of leadership and dominance. Thus, as we reflect, the historiographical hierarchy in this textbook depicts Brazilian history as a white, elitist narrative.

Keywords: Historiography; Women; Invisibility; Textbook.

¹ Mestrando em Antropologia pela UNILAB/UFC, Graduado em Bacharelado em Humanidades e licenciando em Pedagogia pela UNILAB. Email: Marcelomanuel2022@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é analisar o protagonismo e contribuições das mulheres em episódios históricos selecionados no Livro Didático de História do Brasil, utilizado no ensino fundamental II. Pretendemos investigar, em que momento da história do Brasil as mulheres aparecem como protagonistas dos acontecimentos históricos e quais são suas contribuições para os episódios históricos selecionados pela publicação. Com efeito, se falarmos do papel/presença da mulher, em geral dentro da história do Brasil, já encontraremos um processo de invisibilidade e apagamento, sobretudo quando trata-se, especificamente, da presença da mulher negra, acabam sendo muito mais invisibilizadas dentro dessa “hierarquia racial”². Embora, seja o foco da pesquisa, as mulheres no contexto geral da história do Brasil, é imperativo abordarmos também sobre a presença/ausência das mulheres negras nos livros didáticos de História do Fundamental II.

Entretanto, “de todos os materiais didáticos usados por alunos/as e professores/as, o livro didático é o recurso central e mais utilizado nas salas de aulas, e é parte integrante para o trabalho do/a professor/a”. (FERREIRA 2019 P.34). Razão pela qual, selecionamos o/um (1) livro didático para ser analisado, intitulado “Estudar história: das origens do homem à era digital”, organizado por Patrícia Ramos Braick³ e Pela Anna Barreto⁴, da editora Moderna LTDA, edição nº 3, que são os livros do 7º ano, 8º e o 9º ano.

A História do Brasil é uma componente curricular obrigatória em todo o currículo escolar do Fundamental⁵. Assim sendo, a proposta de discorrer sobre o tema surge durante o estágio de “cuidadores de crianças com necessidades educacionais especiais” ofertado pela Secretaria de Educação do município de Redenção/Ce. Durante a nossa estadia, no 8º e no 9º ano, acompanhando os adolescentes, o que nos chamou atenção de antemão foi o livro didático de História e a forma que ela era ensinada, pois, dentre diversos eventos, guerras, conquistas, movimentos sociais, culturais, independências entre outros, rara era a presença feminina nesses momentos da história, como se as mesmas não tivessem participado e/ou contribuído de algum modo, seja nos eventos internacionais como nos nacionais narrados nos livros. Tal como relata

² Considera-se que as características da desigualdade racial no Brasil, assim como as interseções entre classe e raça, explicam esta maior vantagem de gênero do homem branco. A hierarquia racial estabelece certo limite de variação sobre a hierarquia de gênero no grupo não branco. (SANTOS 2009, p.181).

³ Mestre em História (área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Ex-professora da educação básica em Belo Horizonte (MG). (BRAICK, BARRETO, 2018).

⁴ Mestre em Ciências com concentração em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-SP). Professora da educação básica nas redes pública e privada de São Paulo (SP) desde 1987. (BRAICK, BARRETO, 2018).

Ferreira (2019) “a representação masculina no livro didático de História é superior à das mulheres. Os homens estão em postos de controle e domínio em todas as unidades do livro, sobretudo naquelas que tratam, em sua maioria, de revoluções e guerras no decorrer da história”. (FERREIRA 2019, p.88-89).

Ademais, na obra “Mitos da Dominação Masculina”, de Eleanor Burkler Leacock a autora discorre sobre os mitos criados sobre a superioridade masculina e a inferioridade feminina, Leacock (2019) destaca que as mulheres estavam presentes em todas as esferas do mundo porém, muitas das vezes apagadas devido a opressão que o sistema criou em volta delas para elevar a figura masculina, como o ser mais importante, o provedor da família e o salvador da sociedade, pois, “sem dúvida, uma das mudanças mais consistentes e largamente documentadas que foram produzidas durante o período colonial foi o declínio do status das mulheres em relação aos homens”. (LEACOCK, 2019, p.53). Com isso, passou a se propagar largamente a inferioridade feminina, ou seja, a escassez de representação feminina nas diversas esferas da sociedade que é fruto do discurso machista e sexista que vem sendo construído desde o período colonial.

Corroborando com essa ideia da representação superior de personagens homens em detrimento da pouca presença das mulheres, e como essa representação, essas ideias recaem no âmbito da educação escolar, e mais especificamente, no livro didático, Colling (2014, p.1), comenta que “as mulheres são as eternas esquecidas na história das guerras e são também as maiores vítimas destes eventos”. Ou seja, segundo Ferreira (2019) elas, além de serem esquecidas, ainda, acabam sendo muitas das vezes estereotipadas quando citadas no papel de mãe e esposa, operárias, professorinhas do magistério, a depender do recorte temporal histórico.

A pesquisa em questão quanto à sua metodologia será de cunho exploratório, por entendermos que a mesma técnica “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (PRODANOV, 2013, p.127). Razão pela qual recorreu a esse tipo de pesquisa para ter uma melhor compreensão do objeto a ser estudado/pesquisado.

“Pesquisa exploratória: quando se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto [...] possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso”. (PRODANOV, 2013, p. 51/52)

Portanto, “a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolve: - levantamento bibliográfico; entrevistas [...]; análise de exemplos que estimulem a compreensão”. (PRODANOV, 2013, p.52). Porém, em meio desses três ângulos iremos nos apropriar apenas do levantamento bibliográfico, visto que, toda nossa pesquisa será feita através de um único livro didático do fundamental II, como fonte documental, e, de documentos já publicados que possam assim, contribuir para o desenvolvimento/andamento da pesquisa.

Contudo, para o desenvolvimento da pesquisa selecionamos três livros do fundamental II utilizados nas escolas da Secretaria Municipal de Educação, do município de Redenção, estado do Ceará, que são o 7º, 8º e o 9º ano escolar na qual para análise selecionamos apenas os capítulos que tratam especificamente da história do Brasil. Entretanto, o processo categoriza-se por duas etapas: leitura e identificação de representações femininas. Com isso, vemos primeiro o Livro do 7º ano respeitando a ordem cronológica da história e por último o livro do 9º Ano.

Assim, ao identificarmos a ordem cronológica da História do Brasil presente nos livros por meio do sumário, executamos a primeira etapa: Leitura que consistiu em entendermos como a história brasileira vem se desenrolando ao longo dos anos, e quais os principais eventos são apresentados nos textos, ou seja, a primeira etapa serviu para termos um panorama geral da historicidade brasileira. Já na segunda etapa, identificação de representações femininas analisamos as questões de gênero presente nos livros selecionados, buscamos entender a construção das narrativas nesses materiais didáticos e como as mulheres eram representadas, tanto pelas narrativas como pelas imagens, se elas eram tratadas como agentes históricos ou apresentadas como secundárias.

1. ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO NOS AMBIENTES ESCOLARES

Ademais, segundo, Cerri e Ferreira (2007, p.3) “desde suas origens modernas, o ensino de História refletiu projetos de nação de setores restritos da sociedade, que estimulavam determinadas identidades controladas e desejadas pelas elites dominantes”. Portanto, quando foi criada disciplina de história e o seu currículo em 1838, foi no intuito de formar os filhos da nobreza e perpetuar o sistema de dominação razão pela qual, mesmo o Brasil estando independente o conteúdo ensinado nas escolas da época era a história da Europa, focando nos principais acontecimentos e personagens/figuras que marcaram as mesmas. portanto, durante muito tempo a escola era entendida como um aparelho ideológico, em que o Estado tinha total controle no sentido de levarem os estudantes a produzirem certos comportamentos, e sendo a

escola esse aparelho ideológico, automaticamente influencia no tipo de conteúdo que seria ensinado na sala de aula, visto que, o ensino era voltado com base no interesse do Estado, sendo ele o órgão que determinaria o que poderia ser ensinado ou não, ou seja, “a escola apenas reproduziria as relações do capitalismo, de exploração e exclusão.” (PERES et al 2015 p.195).

Já na era contemporânea segundo Souza (2017, p.129) “a escola parece se interessar na democratização do ensino e na regeneração da sociedade” visto que, vários esforços e metodologias têm surgido para se criar uma boa relação entre a escola e a comunidade estudantil a fim de à transformarem em um ambiente acolhedor e de representação. Assim sendo, ao mesmo tempo que a escola na contemporaneidade se torna um espaço de inclusão e democratização do indivíduo, pode se tornar um espaço de exclusão social isto é, “quando não abarca e/ou valoriza a pluralidade cultural, étnico-racial, religiosa e social dos educandos e dos profissionais envolvidos” (SOUZA 2017, p.133), portanto, apesar de existir essa proposta na escola contemporânea, percebe-se ainda uma dinâmica de dominação principalmente nas escolas públicas junto às famílias populares, na qual a cultura escolar se mostra prevalente na socialização dos sujeitos; as culturas das famílias não são valorizadas e entregam aos educadores a escolarização de seus filhos, reconhecendo ao mesmo tempo a legitimidade dos agentes. (SOUZA 2017).

Entretanto, quando pensamos no modelo de escola automaticamente associamos os livros didáticos à sua composição, pois, é quase impossível imaginar a escola sem ele, visto que, o livro didático é um artefato cultural que faz parte da vida escolar da maioria dos/as estudantes (FERREIRA 2019). Deste modo, só o fato do livro didático está muito presente no seio da escola quer seja como material de aprendizado do aluno ou como ferramenta de auxílio do professor tal como aponta FERREIRA (2019 P.34) ela “pode ser um instrumento difusor de estereótipos e preconceito devido ao seu poder de disseminar valores sociais dominantes”, por isso da necessidade por parte do professores medir os seus dizeres/falas a fim de fazerem com que os estudantes se questionem e reflitam sobre o conteúdo passado.

Agora como, criar um sentido crítico em volta do ensino e aula de história se o que se ensina muitas das vezes está associado a outras realidades e não a dos alunos? Ou como criar um interesse/atenção profundo/a ao estudante se o mesmo não se vê como sujeito ou representado/a na história ensinada? Porque os livros didáticos privilegiam certas histórias em detrimento das outras? São essas e muitas outras questões que nos fazem refletir acerca do ensino de história e dos livros didáticos, pois, tal como apontam Marilen Peres, Janete Schirmer e Tatiane Ritter (2015), o ensino da História é linear, valorizando datas, fatos, reis e rainhas, criando um abismo entre o aluno e o que lhe é ensinado pois ele não vê nenhuma

possibilidade/utilidade do que está sendo ensinado, não conseguem entender-se como sujeitos da História ensinada. (PERES et al 2015).

Portanto desde a criação do livro didático de História no Brasil e sua inserção no ambiente escolar, vários autores vêm estudando e debatido a concepção do livro didático, autores como Marilen Peres, Janete Schirmer e Tatiane Ritter, Choppin (2004), Ferreira (2019), Silva (2021).

Para Choppin (2004 apud Silva 2021) não devemos olhar o livro didático de história simplesmente como um material pedagógico, mais precisa ser vista como um instrumento de seleção cultural ou seja, o livro didático é um produto cultural logo é carregado de símbolos e significados de um determinado povo, se tornando uma das principais ferramenta de ensino usada entre docentes e discentes no ambiente escolar, o livro didático principalmente de história é fundamental no ambiente escolar por nos conectar ao passado, presente assumindo um papel na construção das identidades individuais e coletivas dos estudantes. Assim, ao mesmo tempo que ela é disseminadora cultural dentro do ambiente escolar ela se torna um meio de exclusão cultural ao privilegiar certas culturas em detrimento das outras. “Sendo assim, para que o estudo seja aprofundado, é importante entender que o livro didático é concebido por muitos estudiosos como um instrumento ideológico e estabelece relações nas conexões que se entrelaçam entre saberes, referências, autores e editoras”. (SILVA, 2021 p. 102).

Assim, Julia Silveira Matos (2012) destaca que os livros carregam consigo posicionamentos políticos, ideológicos, pedagógicos, de quem as produz. afinal todo e qualquer suporte de escrita carrega em si a idealização de seu produtor e ao mesmo tempo de seu consumidor. e ela pode se tornar um material hegemônico quando é tida como o único material de apoio pedagógico dentro da sala de aula.

1.2. AS NARRATIVAS HISTÓRICAS E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO LIVRO DIDÁTICO: breves considerações

Ao longo da história criou-se um estigma ao gênero feminino, atrelado aos afazeres domésticos, cuidado da casa e da família, foi construída a ideia de submissão em relação ao gênero masculino, ou seja a inferioridade feminina foi construída e defendida por estudiosos que se apropriaram da ciência para sustentar as ideias machista e sexistas e defender a dominação masculina em relação às mulheres.

Segundo Alline Mikaela Pereira (2013),

No estudo da história da humanidade é quase nula a escrita de uma história do homem enquanto gênero masculino, pois a história da humanidade de uma forma geral, sempre foi apresentada como a história dos homens e não das mulheres, assim,

a história das mulheres foi escrita de forma “paralela” por assim dizer e a partir das representações que são construídas com base na identidade que lhe é atribuída. (Pereira, 2013 p.13).

Para Andréa Ferreira Delgado (1997) historicizar as mulheres significam estudar-pesquisar-ensinar mais que a história das mulheres, é necessário construir a história das relações entre os gêneros. Sendo assim, é necessário abordarmos o conceito de gênero para compreendermos a identidade atreladas às mulheres, pois, “é possível afirmar que as construções sociais do gênero ocorrem numa rede de poder que perpassam e constituem a sociedade” (DELGADO, 1997 p. 39), destacando que gênero é uma construção social usada como forma de moldar o comportamento de uma pessoa.

Essa concepção foi usada durante muito tempo para legitimar a relação de poder e oprimir as mulheres, ou seja, era atribuído um comportamento a depender do sexo da pessoa, se nasceu com o sexo feminino logo é mulher frágil, dependente do homem, secundária e carece de proteção e deve se comportar de uma determinada forma, “em outras palavras, as práticas reais e efetivas que produzem as relações de gênero são, ao mesmo tempo, relações de poder baseadas nas diferenças entre os sexos”(DELGADO, 1997 p. 39).

Tal concepção perdurou por muito tempo e influenciou na forma que as mulheres eram vistas e tratadas dentro das sociedades, em parte elas não tinham voz e seus direitos não eram respeitados, de igual modo elas não eram símbolo de heroísmo ou inspiração invisível perante o mundo masculino, que resultou na exclusão das mesmas nas historiografias.

Segundo, Ana Maria Colling (2004) se, historicamente, o feminino é entendido como subalterno e analisado “fora da história”, porque sua presença não é registrada? Assim, falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos razão pela qual, é muito importante nos questionarmos sobre os diferentes eventos presentes nas historiografias do mundo, como os seus heróis são representados ou mesmo em que perspectiva está sendo contada aquela história. Pois, é muito importante criarmos o sentimento de representação na história, principalmente nos livros didáticos, contar a história como ela é, não se focando apenas a um povo/etnia/gênero específico ou em criar/perpetuar estereótipos, mas, dar protagonismo necessário às diferentes heroínas/heróis dos diferentes povos/etnias/gênero “libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária” (COLLING, 2004, p.2).

Assim, segundo Delgado (1997, p.37),

Na história, muitas vezes a mulher é excluída. [...] Os campos que abordam são os da ação e do poder do masculino, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e

negligencia os sexos. Cultural ou "mental", ela fala dos homens em geral, tão assexuado quanto a humanidade. (PERROT, 1988, p.185 apud).

De igual modo as Historiografias presentes nos livros didáticos evidenciam as narrativas masculinas como sendo o protagonista da História, isto dá-se devido ao conteúdo selecionado para conter naqueles mesmos livros visto que, a história privilegia os grandes acontecimentos militares e políticos eventos esses comandados majoritariamente por homens devido ao sistema machista e patriarcal criado por eles deixando assim as mulheres a mercê da História.

Segundo Louro (1997) a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito, razão pela qual é necessário que analisarmos o protagonismo masculino face aos principais eventos históricos presentes nos livros e questionarmos sobre os critérios de relevância histórica utilizados na produção desses materiais, pois, se vivemos em uma sociedade pluralista é necessário respeitamos a diversidade das experiências.

Contudo, ao pensarmos o livro didático como um material ideológico nos remete pensar em um sistema criado e que vem sendo dominado por homens na qual influencia na criação de narrativas históricas dando assim protagonismo aos mesmo como os principais heróis e salvadores do mundo, razão pela qual, as mulheres acabam vendo as suas histórias dissolvidas na história dos homens. E isto é muito mais verdade em tempos de guerra, nos quais os homens ocupam mais ainda o centro da cena e escrevem a história, a história deles. (COLLING, 2014).

É visível a desigualdade existente entre homens e mulheres quanto à representação e protagonismo no livro didático. Ou seja, até mesmo em textos ou páginas que constam como ilustração de imagens femininas, ainda assim existe uma conservação da história de atuação e participação feminina à margem da narrativa central, é mantida uma organização dos textos informativos tendo como referência a ação masculina. (LOPES 2018). Pois, no decorrer das narrativas históricas nota-se uma ausência feminina principalmente como protagonista, como se elas não estivessem presentes ou contribuíssem no desenrolar da história.

O apagamento da historiografia da mulher dá-se pelo fato dela ter sido considerada historicamente “em várias sociedades como um ser inferior ao homem, o que pode ser a explicação para o gênero feminino ter se configurado como um grupo social minoritário o que a exclui da escrita da história da humanidade” (PEREIRA 2013, p.27).

Portanto, é fundamental se pensar na necessidade de criar e implementar a historiografia feminina no Brasil e como é importante a prática do ensino das mulheres em sala de aula, tendo em vista que durante muito tempo a escrita da história esteve voltada a abordagem de temas cujo as figuras centrais eram homens (SILVA; FABRÍCIO 2020). Visto que, durante a

construção da historiografia do mundo e dos principais acontecimentos as mulheres foram colocadas na história como uma figura à margem dos acontecimentos que fazem a história e como por muito tempo a participação delas na historiografia, ficou atrelada a imagem dos homens, (SILVA; FABRÍCIO 2020).

Contudo, ao longo dos anos o Movimento feminista tem sido uma peça fundamental, na luta contra a opressão da mulher e na propagação dos estudos sobre a historicidade feminina, segundo Joan Scott “as pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”. (SCOTT 1995, p.73). discutindo sobre a exclusão e necessidade de se incluir na historiografia as vivências femininas segundo, Suzane Rodrigues de Oliveira, (2019, p. 3 e 4),

as formas de inclusão da história das mulheres e das relações de gênero nos livros didáticos dependem não só do modo como as prescrições oficiais são interpretadas e resignificadas, mas também de um sistema de representações, valores, crenças e formas culturais que não é facilmente atingido nos processos oficiais de regulamentação e avaliação dos livros didáticos no Brasil.

Porém, apesar das lutas e enfrentamentos por parte dos movimentos feministas ao longo dos anos, ainda é notável a invisibilidade das mulheres nos livros didáticos como os estereótipos presentes na forma que elas são representadas, tal como, como relata Ferreira (2019), os estereótipos existentes nos livros didáticos produzem e reproduzem desigualdade. Portanto, é fundamental que os professores se atentem, seja na forma verbal ou escrita, evitar dar um tratamento exclusivo no masculino, bem como se atentar para a linguagem presente nos livros didáticos. (LOURO 2017 apud FERREIRA 2019).

1.2.1. A QUESTÃO RACIAL E DE GÊNERO NO LIVRO DIDÁTICO

Segundo Senna (2018), a historiografia ocultou, na maioria das vezes, as ações femininas de maior relevância restringindo-se a citar alguns fatos mais simples e a colocar as mulheres, em geral e, em particular, as negras e indígenas, em lugares de subordinação, pois, de um lado existe uma invisibilidade no contexto geral da historiografia feminina e do outro as mulheres “não brancas” carregam a discriminação, estereótipos, presentes nos livros didáticos. Embora o foco da pesquisa seja sobre a representação feminina no contexto geral, ainda assim, surgem vários questionamentos em relação a historiografia das mulheres negras e indígenas, pois, em escala as mesmas acabam sendo mais invisibilizadas em relação às mulheres brancas.

Segundo, Lopes (2018, p115).

Há um predomínio de imagens de mulheres brancas, embora tenhamos detectado a presença de mulheres negras na cena política e cultural. Esta situação invisibiliza outras etnias, reforçando uma história eurocêntrica. Desta forma, nega-se representatividade a todo um povo. Inviabiliza o ensino da história e da cultura africana e indígena, evitando que os alunos não brancos possam se ver refletidos como objeto de estudo na escolarização. (LOPES 2018 p.115).

Contudo, a nível de desigualdade de representação entre homens e mulheres nos livros didáticos de história do Brasil existe uma hierarquia, visto que, quando se afirmar que a imagem/narrativa masculina se sobrepõe à feminina, surge a questão de que homem estamos a falar afinal? Pois, não é sobre o homem negro/indígena/pobre, tal como declara Belisário (2003) de que “há uma clara exaltação do homem branco em livros didáticos, limitando assim, a importância e representatividade dos demais povos e etnias na construção da história como um todo” (apud AZEVEDO et al 2023, p.51).

Do mesmo modo em relação às mulheres existe uma hierarquia na representação pois ao nos aprofundarmos sobre, e ao nos questionarmos sobre que mulher assume o protagonismo nas representações existentes nos livros didáticos e quais ainda veem as suas histórias apagadas ou apresentadas de formas estereotipadas? É nítido o quanto a mulher branca da classe alta e média se sobrepõem a outras mulheres e o quanto a mulher negra e indígena, são invisibilizadas e estereotipadas pelas narrativas e imagens presentes nos livros que de alguma forma não evidenciam as suas lutas e conquistas durante o processo de construção da sociedade brasileira, sendo assim é muito necessário levantarmos esses questionamentos colocando a questão racial de gênero para entendermos em diferentes vertentes.

Segundo, Nogueira (et al 2008, p1)

Nossa história é marcada pela eliminação simbólica e/ou física do “outro”. Os processos de negação desses “outros”, na maioria das vezes, ocorreram no plano das representações e do imaginário social quando estabelecemos os conceitos do que é ser belo, ser mulher, ou até mesmo do que é ser brasileiro.

Os livros didáticos sempre fizeram questão de enaltecer as personalidades brancas (figuras masculinas e elitizados) criando assim uma “imagem estereotipada negativa do negro e uma imagem estereotipada positiva do branco tendendo a fazer com que o negro se rejeite não se estime e procure se aproximar em tudo do branco e seus valores” (GONÇALVES et al, 2019 p.114). Nesse sentido, Federici (2017, p. 214) explica ainda, que o homem branco não se torna apenas um atributo de privilégio, porém uma imagem idealizada sob a qual a hegemonia foi construída e naturalizada. (CISNE, Mirla; IANAEL 2022 apud).

Mesmo com diversas pesquisas sobre a historicidade das pessoas negras e indígenas ainda assim existe uma resistência da branquitude nos livros didáticos, pelas narrativas presentes nos textos atreladas aos mesmos segundo Ana Célia é de suma importância a representação social do negro e do indígena no livro didático não de forma estereotipados em papéis e funções negativas e subordinadas, muito pelo contrário, a representação deve ser ativa por ela modelar e reconstruir a percepção externa que se tem do negro ou indígena (GONÇALVES et al, 2019).

Sendo o Brasil um país multicultural e pluricultural é necessário que se respeite e se considere as especificidades de cada povo principalmente no ambiente escolar por meio dos livros didáticos e outras ferramentas de ensino, pois, “reconhecemos todo o elenco de vantagens que a escolarização oferta a todas as classes sociais, tais como: lugar de aprendizagem e desenvolvimento, de sociabilidade, de potencial inclusão e/ou ascensão social” (SOUZA,2017 p.133). Razão pela qual da necessidade de se reformular o sistema educativo Brasileiro começando pelos livros didáticos e quem escreve eles, visto que, apesar da existência de leis que obriguem o ensino tanto da história Afro-brasileira e Africana lei 10.639/03 como do ensino da história indígena a lei 11.645/08, “Ainda assim, mesmo com a fundação de leis que asseguram o ensino da História e cultura afro-brasileira como indígena é possível notar que as informações encontradas nos livros são superficiais e escassas” (DE AZEVEDO et al 2023).

Contudo, é notável o apagamento existente nos livros do 7º, 8º e 9º analisados onde as mulheres negras e indígenas que deveriam receber destaque em diversos movimentos de resistência, muitas vezes não são citadas e consequentemente seus feitos históricos não são mencionados. (DE AZEVEDO et al 2023). Entretanto, além de viverem um apagamento em relação às narrativas de resistências e fortalecimento dos povos “não brancos” elas enfrentam os estereótipos criados por um sistema machista de opressão que está a todo tempo reforçando o sofrimento e a submissão atreladas a essas mulheres.

Para Lélia Gonzalez (1979), a mulher negra sofre uma tripla opressão, de raça, gênero e classe social e afirmar: “ser mulher negra no Brasil, (...) é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (GONZALEZ, 1979, p.44 apud SILVA 2021 p.55).

Portanto, é de suma importância refletirmos sobre a forma que as mulheres “ Não Brancas” são representadas nos livros didáticos tanto pelas narrativas como pelas imagens afinal, uma imagem pode ser difusor de opinião e estereótipos, quando apresentados de forma negativas, para autora Daniela de Oliveira Senna (2018), imagens que retratam ou fazem uma associação do negro ou indígena a trabalhos considerados precários, a marginalização, a

situações consideradas de risco social ou mesmo a escravidão, são imagens negativas elas apresentadas só reforçam os estereótipos existentes a população negra e indígena, ou seja, a história das mulheres “não Branca” também é marcada de conquistas, lutas e resistências à discriminação, opressão, violência e subordinação masculina.

Desta forma, a análise sobre a abordagem e discriminação de gênero e de raça nos materiais didáticos segundo Letícia de Queiroz Alvez (2016 p.87) “é necessária para propiciar o despertar do senso crítico na comunidade escolar, tal como o rompimento dos estereótipos que se arrastam há tempos, derivados de um sistema escravista e patriarcal que deixou marcas na trajetória da mulher negra na sociedade brasileira”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para análise e discussão foram utilizados três (3) livros de História do Fundamental II, o livro do 7º, 8º e 9º ano, na qual cada um trata de uma época que o Brasil viveu como podemos notar no quadro 1, 2 e 3 desde a Invasão Portuguesa até a era da República Federativa do Brasil como é conhecida hoje.

Entretanto, os livros de História utilizados nas escolas do município de Redenção/CE[1] são regidos pelo PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), plano esse que segue as diretrizes do MEC (Ministério da Educação), ou seja, “as escolas, que aderem ao Programa, recebem os livros didáticos escolhidos pelos professores no Guia do PNLD. Os docentes podem indicar três opções das coleções para a escolha”. (LOPES, 2018 p.39).

Ademais, o livro do 7º ano conta com onze (11) capítulos, dos quais, a presença dos assuntos sobre a História do Brasil está presente em cinco (5) deles, que são, o seis (6), sete (7), oito (8), nove (9) e o dez (10).

Tabela 1: números de capítulos que falam sobre a história do Brasil seguido de números de páginas que tratam da historiografia das mulheres no livro do 7º Ano.

| Capítulos | Número de páginas | Ilustração feminina | Citação |
|-----------|-------------------|---------------------|----------|
| 6 | 16 páginas | 1 imagem | 1 página |
| 7 | 16 páginas | 1 imagem | Nenhuma |

| | | | |
|----|------------|----------------|-------------|
| 8 | 14 páginas | 9 imagens | 2 páginas |
| 9 | 18 páginas | Nenhuma imagem | Nenhuma |
| 10 | 18 páginas | 1 imagem | 1 parágrafo |

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa, 2025.

Enquanto que o livro de história do 8º ano está dividido por onze (11) capítulos, dos quais o conteúdo programático está presente apenas em três capítulos que são: o sexto (6), o sétimo (7) e o oitavo (8) capítulo.

Tabela 2: números de capítulos que falam sobre a História do Brasil seguido de números de páginas que tratam da historiografia das mulheres no livro do 8º Ano.

| Capítulos | Número de páginas | Ilustração feminina | Citação |
|-----------|-------------------|---------------------|-------------|
| 6 | 20 páginas | 2 imagens | 2 parágrafo |
| 7 | 22 páginas | 5 imagens | 4 páginas |
| 8 | 24 páginas | 6 imagens | 1 parágrafo |

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa, 2025.

Analisando o livro didático selecionado para essa pesquisa, “Estudar história: das origens do homem à era digital”[1], do 9º ano notamos que a publicação supracitada está dividida em quinze (15) capítulos, no qual o conteúdo de história do Brasil, está presente apenas nos capítulos um (1), dois (2), sete (7), dez (10) onze (11), treze (13) e quinze (15). Ou seja, se o livro apresenta seus conteúdos divididos em 15 capítulos, percebe-se que em sete (7) deles o conteúdo da área de conhecimento História está distribuído.

Tabela 3: números de capítulos que falam sobre a história do Brasil seguido de números de páginas que tratam da historiografia das mulheres no livro do 9º Ano.

| Capítulos | Número de páginas | Ilustração feminina | Citação |
|-----------|-------------------|---------------------|---------|
|-----------|-------------------|---------------------|---------|

| | | | |
|----|------------|----------------|-------------|
| 1 | 16 páginas | 2 imagens | 1 parágrafo |
| 2 | 14 páginas | 3 imagens | 3 páginas |
| 7 | 22 páginas | 5 imagens | 3 páginas |
| 10 | 20 páginas | 1 imagem | Nenhuma |
| 11 | 26 páginas | 2 imagens | 1 parágrafo |
| 13 | 16 páginas | 1 imagem | Nenhuma |
| 10 | 18 páginas | Nenhuma imagem | 2 páginas |

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa, 2025.

Contudo, foram lidas 280 páginas distribuídas em três livros de História do Fundamental II, levando em consideração só as páginas que abordavam a História do Brasil, sendo 123 páginas do 9º ano, 66 páginas do 8º ano e 82 páginas do 7º. Os dados foram lidos e analisados com rigor seguindo a ordem cronológica da História do Brasil começando pelo 7º ano, 8º e terminando pelo 9º ano, ademais, durante esse período de análise nos atentamos a todos os detalhes contidos nas páginas selecionadas, pois, analisamos não só o texto contido, como as imagens presentes em todas as páginas a fim de nos aprofundarmos na pesquisa e entendermos como as mulheres são representadas nesses materiais didáticos.

A primeira identificação feminina que encontramos no livro do 7º ano foi referente a um tema relacionado às “Mulheres portuguesas nas colônias”, portanto o que chama atenção e é notável também, em outros livros está relacionado a forma que essas mulheres são representadas e/ou citadas, apesar das especificidades das suas trajetórias nota-se um padrão na maneira que mulheres negras, indígenas e brancas são representadas.

No caso de mulheres brancas que tiveram um papel preponderante na construção da história brasileira quando citadas independente do cargo ou relevância eram mencionadas quase sempre como esposa ou mãe, como se tivesse uma necessidade de afirmar quem era marido dela, ou que ela chegou aí por ser mulher de alguém, ou seja, o padrão notado foi que a biografia e trajetória dessas mulheres nunca vinha acompanhada especificidade muito pelo

contrário estava sempre carregada pela biografia do marido, mesmo quando a mesma fosse a protagonista do evento ainda assim era tratada como se fosse a secundária.

Nos três livros encontramos imagens de mulheres negras em várias páginas, porém, em poucas contavam a história delas, ou seja, ao mesmo tempo que ilustravam as mulheres afro brasileiras elas viam suas histórias sendo apagadas e pregada um estereótipo recorrente, como se a contribuição que essas mulheres deram foi sendo “escravizada” pois, existe no livro capítulo dedicado a sobre a relação dessas mulher ao cuidado da família e o seu papel no tempo da colonização como das amas de leite, tanto que problematizamos a forma que as mulheres negras e indígenas são representadas, visto que, “a diversidade em todos os seus aspectos precisa ser apresentada de forma positiva, construtiva, colaborativa, integrativa, dinâmica e deve ser tratada com muito respeito, seriedade e compromisso com a formação democrática, crítica e cidadã”. (MELO 2023, p5).

Porém, o que notamos foi de um lado a imagem de mulheres indígenas peladas dentro do mato, e do outro mulheres negras amamentando filhos dos colonizadores assim sendo, segundo Melo (2023, p.5) “a cultura brasileira é formada das influências das matrizes que deram origem ao país: os indígenas, europeus e africanos.” Diante dessa citação fica o questionamento pois, durante a leitura dos três livros nota-se a luta e as conquistas das mulheres brancas durante o processo de criação da nação brasileira que é conhecida hoje, porém, fica subentendido de que forma as mulheres afro brasileiras e indígenas contribuíram na criação da nação Brasileira? Onde estão as mulheres que lutaram por igualdade de gênero e são símbolos de revolução entre o povo indígenas e afrobrasileiro? se a cultura Brasileira é formada por três povos Porque existe uma hierarquia na forma que é contada a mesma?

Essas questões surgiram durante a leitura e análise dos livros, visto que, se o país é formado pela mistura de várias matrizes, todas devem ser valorizadas e abordadas para que se compreenda a riqueza das tradições culturais, para que seja superada uma visão elitista que classifica e hierarquiza alguns aspectos da cultura e da história Brasileira (MELO 2023).

Contudo, eis algumas mulheres que contribuíram/contribuem para a História do Brasil e merecem o devido reconhecimento. Podemos destacar:

1. Acotirene ou Arotirene como era conhecida foi uma das primeiras mulheres a habitar o Quilombo dos Palmares da Serra da Barriga localizado em Pernambuco tornando-se assim no século XVI a matriarca daquele mesmo quilombo. ademais, ela foi fundamental naquela região criando grupos de resistências a escravidão e no processo de acolhimento dos negros refugiados. Acotirene, exercendo função de matriarca do Quilombo, orientava, aconselhava e guiava a

população negra no desenvolvimento das primeiras atividades de resistência à escravidão. Ela era ainda, a encarregada por receber os primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos” (SILVA, 2007 apud CISNE, Mirla; IANAEL 2022 p.198)

2. Teresa de Benguela conhecida como Rainha Teresa, foi líder do Quilombo do Piolho localizado no Mato Grosso do Sul viveu no século XVII tendo liderado o quilombo por volta de 20 anos, ela teve um papel fundamental na luta contra os portugueses para defesa do seu território, ademais, o que chama atenção durante a sua liderança é o acolhimento prestado a todos que chegavam no Quilombo, tendo liderado não só negros afro-brasileiros como também indígenas.
3. Sonia Guajajara é uma mulher indígena umas das lideranças do povo guajajara ou Tenethára como também é conhecido, fica localizada no Maranhão, graduação em letras e enfermagem e uma pós-graduação em educação Especial, ela é conhecida pelo trabalho como ativista dos povos indígenas, luta e defende os direitos dos povos não só do Maranhão como do Brasil todo, Sonia é engajada denuncia ataques e as injustiças que o seu povo sofre seja pelo garimpo ilegal, seja pela falta de demarcação de terras como pela necessidade de preservar a biodiversidade da Amazonia, tendo viajado mais de 30 países se tornando umas das 100 pessoas mais influente segundo a revista Time.
4. Joênia Wapichana - é uma mulher indígena pertencente ao povo Wapichana localizada em Roraima, ela é ativista e advogada, formada em direito pela universidade Federal de Roraima e mestre pela universidade do Arizona Estados Unidos, ela se destaca pela sua luta pela preservação da cultura e identidade dos povos indígenas, lutando pela demarcação das terras indígenas, Joênia Wapichana além das lutas que enfrenta pela defesa e dignidade do seu povo ela se destaca por ser a primeira mulher indígena do Brasil a ser Advogada e não só como também é a primeira mulher indígena a ser eleita como deputada Federal se tornando uma conquista significativa para a defesa dos povos indígenas no Brasil.
5. Nídia Floresta Brasileira Augusta autora do livro “Direito das Mulheres e a injustiça dos Homens” foi a primeira feminista do Brasil, nascida no Rio Grande do Norte Nídia foi uma educadora que lutava pros direitos das mulheres pois, para ela a educação é fundamental para a ascensão feminina razão pela qual,

abre uma escola só de mulheres porém apesar das duras críticas na época ela manteve-se firme como o projeto.

6. Narcisa Amélia de Campos - nascida no Rio de Janeiro foi a primeira mulher a se profissionalizar como jornalista, os seus trabalhos na área eram voltados as mulheres, ademais, narcisa foi poeta e ativista e defensora das mulheres, nacionalista e abolicionista.

Como podemos perceber a grandeza da participação das mulheres acima mencionadas, que atuaram e atuam de forma marcante, ocupando o polo oposto ao da dominação masculina branca e burguesa, como bem atesta González. Certamente mulheres que, como as mulheres negras e indígenas na contemporaneidade, sofrem os efeitos de estereótipos racistas e sexistas da patriarcal “democracia racial” brasileira, que não passa de um mito.

Como bem atesta Leacock (2019), a inferioridade, e podemos afirmar, o apagamento e a invisibilidade das mulheres, especificamente, das mulheres negras e indígenas, pobres, trabalhadoras, é uma construção social, nada tem a ver com o campo biológico, natural como muitos estudiosos apontam, e são ideias perpetuadas no campo da ideologia difundidos em espaços como o Livro Didático.

Nossa pretensão não é um “caça às bruxas”, como bem afirma Inaldete Pinheiro de Andrade (2005), mas é discutir como as mulheres são ilustradas no livro didático de História do Brasil, e a partir daí o que tem sido dito de forma verbal e não verbal, e apontar o que podemos abordar para a mudança no tratamento dessa questão na escola.

O espaço escolar conforme assegura Pinheiro (2005) possibilita a oportunidade de criar núcleos de resistência e de abrigo contra toda forma de violência e discriminação, a depender de como os conteúdos são abordados, os quais exigem uma leitura crítica e um olhar descolonizador.

Munanga (2005, p. 17) critica a formação de professores por não oferecer, ainda, uma formação com o devido preparo para lidar com a diversidade, com o desafio que a discriminação e suas manifestações colocam cotidianamente na vida profissional. A falta de preparo nesse aspecto é reflexo, também, do mito da democracia racial, pois a educação em todos os níveis recebida é eurocêntrica e ocidental, passíveis de reprodução consciente ou inconsciente de preconceitos que permeiam nossa sociedade.

Nesse sentido, conforme Munanga (2005, p. 17):

“nossos instrumentos de trabalho (...) materiais e livros didáticos carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental (...) preconceitos que permeiam o cotidiano

das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores (e professoras, sic) no espaço escolar”.

Desta forma, a política de formação de professores inicial e continuada precisa preparar seus profissionais da educação para a diversidade entre os grupos humanos como fator de complementaridade e de enriquecimento (MUNANGA, 2005). Atitudes pedagógicas podem alterar, por exemplo, a postura de sujeitos discriminados ou invisibilizados, para assumirem sua diferença com orgulho e dignidade.

A literatura utilizada em sala de aula, aqui destacando os livros de História do Brasil, precisa de um olhar crítico pela professora, pelo professor para o uso de leituras complementares, no desenvolvimento de metodologias que resgatem a autoestima das mulheres, suas potencialidades e suas contribuições históricas. Pinheiro (2005) aborda o conceito de memória como órgão que armazena as experiências positivas e negativas e que formam o patrimônio cultural de cada pessoa, no qual compreendemos que poderá contribuir para superar imaginários machistas e sexistas sobre as mulheres, mulheres negras e indígenas, LGBTQIA+. Esta prática é denominada por Hooks (2013) de transgressora, na qual partilha o desejo de estimular o entusiasmo numa sala de aula.

Portanto, para Ana Célia da Silva (2011), a representação social positiva das mulheres não brancas nos livros didáticos de história é importante, uma vez que o grande volume de teorias e fenômenos transmitidas na sociedade não poderiam corroborado na experiência individual, assim a representação social das mulheres negras e indígenas nos matérias didáticos serve como uma bússola cultural para jovens (estudantes) negros e indígenas não só no ambiente escolar como na sociedade, visto que o livro didático enquanto material pedagógico de formação do indivíduo é marcada de representações sociais coletivas que moldam o imaginário dos alunos, portanto uma vez essa representação social for de forma estereotipada vai contribuir para a propagação e manutenção de preconceitos e estigmas. Portanto, a representação positiva “de um grupo ou indivíduo é fundamental para a construção ou desconstrução da(s) sua(s) identidade(s), autoestima e autoconceito, uma vez que o indivíduo ou grupo pode perceber-se e conceitualizar-se a partir desse “real” e internalizá-lo” (SILVA 2011, p.31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o objetivo dessa pesquisa foi compreender como os livros de didáticos do Fundamental II do município de Redenção narram e representam as mulheres na História do

Brasil, com efeito evidenciou-se que elas representam apenas, 0,05% do conteúdo de História Brasileira presente no livro, isto é, numa escala de 0 à 100%.

Assim sendo, o estudo realizado foi intuito de resgatarmos a historiografia das heroínas esquecidas, razão pela qual, pela relevância das suas biografias e impactos das suas ações dentro da sociedade decidimos apresentar a trajetória de seis (6) mulheres dentre elas duas mulheres negras, duas indígenas e duas brancas.

É notável o apagamento feminino nas entrelinhas dos livros didáticos, visto que a presença masculina se sobrepõe à feminina na constituição da sociedade Brasileira.

Tal como é notamos no quadro um (1) o livro do 7º ano relata sobre a chegada dos colonizadores, da sociedade escravista e das expansão das fronteiras, e no quadro dois (2) do 8º ano sobre a era das rebeliões e luta pela emancipação, enquanto que no quadro três (3) referente ao livro do 9º encontramos a era da primeira república, ditadura militar até o Brasil depois da constituição de 1988, o que esses acontecimentos presentes nos três materiais didáticos têm em comum é os protagonistas das histórias seja, na conquista, guerras, revoluções o homem aparece como o fazedor da história.

Contudo, o que se percebe é a invisibilidade e o apagamento das historiografias das mulheres que lutaram na linha da frente contra o colonialismo, chefiando Quilombos, acolhendo escravizados negros e indígenas que conseguiam fugir, estamos a falar de mulheres como Teresa de Benguela e Acotirene, ou de mulheres indígenas que são lideranças e lutam arduamente pelo reconhecimento e valorização da cultura indígena, enfrentando o garimpo ilegal e lutando pela demarcação das terras, como a Sonia Guajajara e Joênia Wapichana, ou de mulheres como a Nilda Augusta e Narcisa Amélia feministas preocupadas com a situação das mulheres perante a sociedade machista, que usaram de todos os mecanismos para dar voz e dignidade a aquelas mulheres que sofriam opressões dentro de casa. Ou seja, essas mulheres estão presentes e fizeram diferença na história Brasileira, porém, vêm suas histórias e trajetórias dissolvidas nas histórias dos homens.

Portanto, Ana Celia da Silva (2011) categoriza a representação social das mulheres em dois grandes passos, o primeiro o reconhecimento humano e cidadã das trajetórias dessas mulheres, e

“o segundo grande passo consistirá em desenvolver ações, talvez como essa investigação, que contribuirão em grande parte, para que os autores, ilustradores e editores avancem na distinção e visibilidade da pluralidade cultural das diversas raças/etnias levando em conta gênero e sexo, nas ilustrações e textos do livro didático”. (SILVA, 2011).

Pois, reconhecermos as trajetórias dessas mulheres é um grande passo para construção/reconstrução da identidade feminina e da identidade étnico-racial, visto que ver-se representado com o seu gênero/sexo ou com a sua pele negra, sem estereótipos inferiorizantes a ela atribuídos, em interação, sem hierarquias, com as demais raças/etnias e usufruindo dos direitos de cidadania é uma conquista enquanto humanas e cidadãs pertencentes a sociedade.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Inaldete Pinheiro de. Construindo a Auto-Estima da Criança Negra. In.: Munanga, Kabengele, organizador. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- CASTELLO BRANCO, Raynette. O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife. 2005
- CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 191-201, 2022.
- CERRI, Luis Fernando; FERREIRA, Angela Ribeiro. Notas sobre as demandas sociais de representação e os livros didáticos de história. O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: **Editora da UFRN**, p. 75-86, 2007.
- COLLING, ANA MARIA. **As chinas gaúchas: a invisibilidade do feminino na Guerra do Paraguai**. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS, “História, Verdade e Ética, ANAIS, São Leopoldo, 2014.
- COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.
- DE ARAÚJO, Maíra Lopes; NETO, Vicente Molina. “ESSANEGRANÃO!” A PRÁTICA POLÍTICA-PEDAGÓGICA DE UMA PROFESSORA NEGRA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE: UM ESTUDO DE CASO. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 2, p. 203-225, 2008.
- DE AZEVEDO, Thaís Salatiel et al. **A mulher preta na historiografia brasileira: análise da ausência de mulheres negras em livros didáticos de História do Ensino Fundamental II e Ensino Médio**. In: PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS EM PESQUISA. Editora Científica Digital, 2023. p. 49-61.
- DELGADO, Andréa Ferreira. **Por que pesquisar-ensinar história sob a perspectiva das relações de gênero?** História & Ensino, v. 8, p. 143-154, 2002..
- FERREIRA, Leandro Borges. **Relações de gênero e sexualidade em livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola de Ilícinea-MG**.

2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019.

HOOKS, Bell et al. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2, 2013.

PERES, Marilen Fagundes; SCHIRMER, Janete; RITTER, Tatiane Souza. O ensino de História no Brasil suas funções e implicações políticas e sociais-Século XIX até atualidade. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 2, n. 3, 2015.

GONÇALVES, Alexandra Silva et al. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO: O QUE MUDOU? POR QUE MUDOU?. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 2, n. 1, p. 111-118, 2019.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. [Tradução de Susana Vasconcelos Jimenez]. – São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

Lopes, Gisele Garcia. **A representação de mulheres nos livros didáticos de História (Programa Nacional do Livro Didático: (2017-2019)**. 2018. 171 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARIANO, André Sena; FERREIRA, Leandro Borges. **Relações de gênero e sexualidade em livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola de Ilícinea-MG**. Olhar de Professor, v. 26, p. 1-21, 2023.

MATOS, Júlia Silveira. **Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático-PNLD**. 2012.

MELO, Margareth Maria de. **O livro didático e a questão étnico-racial: perspectivas e desafios**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 9., 2023, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: Realize Editora, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID7089_TB6627_10122023215736.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

Munanga, Kabengele, organizador. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Margarida M. D. de; STAMATTO, Maria Inês S. **O livro didático de história: políticas educacionais**. Pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007, (p.75-86).

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). **Revista Estudos Feministas**, v. 27, p. e58426, 2019.

PEREIRA, Aline Mikaela. **A representação da mulher no livro didático de história**. 2013. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

Prodanov, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANT'ANNA, Giovani Levi et al. **A MULHER PRETA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE MULHERES NEGRAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO. PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTA: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS EM PESQUISA**, v. 1, n. 1, p. 49-61, 2023.

SANTOS, M. L. L.; MALDONADO, M. M. C.; PERIPOLLI, O. J. A representação das mulheres nos livros didáticos do PNLD Campo e suas possibilidades. **Rvista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2022.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, p. 37-60, 2009.

SILVA, Dayane Ferreira Ramos da; FABRÍCIO, Dayana Rodriguez. **As mulheres na história**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 7., 2020, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: Editora Realize, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA7_ID912_0208202221909.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático : o que mudou ? por que mudou?** /– Salvador : EDUFBA, 2011. 182 p.

SILVA, Gillys Vieira da. Mulheres negras em livros didáticos de história do ensino fundamental anos 2021 finais (2005 e 2014): ausências ou presenças? 2021. 206f. 2021.

SOUZA, Fábio Kalil. Notas sobre a relação família-escola na contemporaneidade. **Revista de Ciências Humanas**, v. 51, n. 1, p. 124-143, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 20, p. 71 – 99, jul. – dez. 1995.